

BEST OPTION VIAGENS E TURISMO LTDA.

C.N.P.J. n.º 14.202.473/0001-86 – NIRE n.º 35225649615
(NIRE antes de transformação em sociedade anônima fechada)
20ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pela presente alteração e consolidação de Contrato Social, o abaixo assinado: **Befly Travel Participações S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Befly Travel, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – (“JUCERJIA.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 22 de agosto de 1994; a sua “9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social” devidamente registrada e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 05 de dezembro de 2016; e o seu “Estatuto Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 3530050690-1, em sessão de 01 de agosto de 2017, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 00.168.403/0001-44, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.410.446-2, (“**Companhia**”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, **Marcio Velmovitsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, e **Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, ambos com endereços profissionais devidamente situados e estabelecidos na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo; **Única Sócia** quotista da sociedade empresária limitada denominada “**Best Option Viagens e Turismo Ltda.**”, com sede devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 35225649615, em sessão de 25 de julho de 2011, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 14.202.473/0001-86, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.378.240-8, e sua 19ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, devidamente registrada e arquivada perante a mesma JUCESP, sob o nº 425.744/24-3, em sessão de 21 de novembro de 2024, (doravante denominada “**Sociedade**”), resolve, por unanimidade, transformar a Sociedade Empresária Limitada, em Sociedade Anônima Fechada, mediante o presente instrumento de 20ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL da Sociedade, de acordo com as seguintes cláusulas, termos e condições: **1. Primeira Alteração: Da Cessão e Transferência das Quotas e a Admissão da Nova Sócia: Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** 1.1. Neste ato, a sócia **Befly Travel Participações S.A.**, já devidamente acima qualificada, cede e transfere, 103.158 (cento e três mil, cento e cinquenta e oito) quotas de sua titularidade, bem como seus respectivos direitos, deveres e obrigações a nova sócia admitida **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.**, sociedade empresária limitada, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Befly Conecta, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 35223958564, em sessão de 27 de janeiro de 2010, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 11.522.823/0001-01, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 4.015.677-0, (“**Befly Conecta**” ou “**Sócia Ingressante**”), pelo o que dá sócia **Befly Travel Participações S.A.** a nova sócia **Befly Conecta**, a mais plena, geral, irrevogável e irretroatável quitação pelas quotas ora transferidas. **2. Segunda Alteração: Do Capital Social e da nova distribuição da Participação Societária.** 2.1. O capital social da Sociedade continua a ser de R\$10.315.800,00 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentos reais), divididos em 10.315.800 (dez milhões, trezentas e quinze mil e oitocentas) quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada quota, totalmente integralizadas em moeda correte do país e, em virtude da cessão e transferência das quotas acima relacionada, fica assim distribuídas entre as sócias:

Sócios	Número de Quotas	Valor (R\$)	Participação (%)
Befly Travel Participações S.A.	10.212.642	R\$10.212.642,00	99,00%
Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.	103.158	R\$103.158,00	1,00%
Totais	10.315.800	R\$10.315.800,00	100,00%

3. Terceira Alteração: Da Transformação da Sociedade. 3.1. As sócias resolvem proceder com a transformação do tipo societário da **Best Option Viagens e Turismo Ltda.**, de “sociedade empresária limitada”, em “sociedade anônima de capital fechado”, por se ajustar melhor aos negócios sociais que se empreenderão futuramente, passando esta a adotar a nova denominação **Best Option Viagens e Turismo S.A.**, sem que essa transformação implique em interrupção na existência da Sociedade e nos negócios ora em curso, ou qualquer mudança quanto aos ativos e obrigações existentes e que compõem o seu patrimônio, de acordo com o disposto em artigo 1.113, do Código Civil Lei nº 10.406/02), e no artigo 220, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), ou seja, sem qualquer solução de continuidade. Como consequência desta deliberação, cada 01 (uma) quota que compõe o Capital Social da Sociedade é convertida, neste ato, em 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Sociedade, totalizando 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são distribuídas entre os sócios na mesma proporção de sua participação pretérita na Sociedade. A relação completa de sócios, com a indicação da quantidade de ações resultantes da conversão, consta do **Anexo I** desta ata, fazendo parte integrante desta. **3.2.** Em virtude da transformação do tipo societário da Sociedade, as sócias aprovam o Estatuto Social da Sociedade, cuja minuta encontra-se anexa à presente ata no **Anexo II**, sendo considerado parte integrante desta. **3.3.** Elegem as sócias, para regularização da representação legal da Sociedade, os membros da Diretoria da Sociedade, para o mandato unificado de 02 (dois) anos, admitindo-se a reeleição para o mesmo cargo, conforme abaixo: **a) Sr. Marcio Velmovitsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, com endereço profissional devidamente situado e estabelecido na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretor sem designação específica; e **b) Sra. Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, com endereço profissional devidamente situada e estabelecida na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, para o cargo de Diretora sem designação específica. Os Diretores ora eleitos tomaram posse mediante a assinatura, no prazo legal, do competente Termo de Posse a ser lavrado no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria da Sociedade, nos termos do artigo 149, da Lei das Sociedades Anônimas. Declaram, sob as penas da lei, nos termos do artigo 147, da Lei das Sociedades Anônimas demais legislação aplicável, que não estão impedidos de exercer a administração da Sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra a concorrência, contra relações de consumo, fé pública ou contra a propriedade. Tampouco existe motivo de impedimento decorrente de qualquer outra circunstância legalmente prevista como impeditiva do exercício das atividades empresariais ou administração da Sociedade. Assinados os Termos de Posse, os Diretores são investidos em todos os poderes e atribuições estipuladas pela lei ou pelo Estatuto Social da Sociedade. **3.4.** As sócias, por conseguinte, deliberam que a remuneração dos membros da Diretoria da Sociedade será fixada pelos sócios em sede de assembleia geral, competindo-lhes, igualmente, a revisão, alteração ou redefinição dos valores então estabelecidos, sempre que assim deliberado. **3.5.** As sócias aprovam a não instalação do Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161, da Lei das Sociedades Anônimas, e que o Conselho Fiscal não será instalado até que haja solicitação dos acionistas, na forma da lei. **3.6.** As sócias aprovam que as publicações da Sociedade, ordenadas pelo artigo 289, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), sejam realizadas pela Sociedade em Jornal de grande circulação, juntamente com o Diário Oficial do Estado de São Paulo. E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento de 20ª Alteração e Consolidação de Contrato Social em 1 (uma) única via, para um só efeito, a qual, em seguida, será enviada para a Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, para fins de registro e arquivamento. São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2025. **Sócios: Befly Travel Participações S.A.** Representada por: Marcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica; **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** Representada por: Marcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Visto da Advogada:** Dra. Beatriz Cirilo Robles Carteira de Identidade Profissional nº 411.304 Expedida pela OAB/SP. Inscrita no C.P.F. sob o nº 441.717.598-54.

Anexo I – Lista de Subscritores

Best option Viagens e Turismo S.A. – C.N.P.J. nº 14.202.473/0001-86

Lista dos subscritores do capital social da empresa: **Best Option Viagens e Turismo S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 14.202.473/0001-86, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.378.240-8, (“**Companhia**”), neste ato, devidamente representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, **Marcio Velmovitsky**, brasileiro, casado, advogado, nascido aos 20/01/1967, portador da cédula de identidade RG nº 06.712.635-9, expedida pela IFPRJ, inscrito no C.P.F. sob o nº 915.592.197-34, e **Renata Esteves dos Santos**, brasileira, solteira, marqueteira, nascida aos 22/04/1983, portadora da cédula de identidade RG nº 22586602, expedida pela SSP/SP, inscrita no C.P.F. sob o nº 312.670.118-31, ambos com endereços profissionais devidamente situados e estabelecidos na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, nos termos da Alteração Contratual data de 22 de dezembro de 2025, considerando a subscrição de: **(i)** 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal em virtude da transformação da Companhia deliberada nesta data.

	Subscritores	Nº de Ações Ordinárias Subscritas na Transformação	Valor Total Subscrito
1	Befly Travel Participações S.A. , sociedade anônima de capital fechado, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Befly Travel, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – (“JUCERJIA.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 22 de agosto de 1994; a sua “9ª Alteração e Consolidação do Contrato Social” devidamente registrada e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 332.0513352-2, em sessão de 05 de dezembro de 2016; e o seu “Estatuto Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 3530050690-1, em sessão de 01 de agosto de 2017, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 00.168.403/0001-44, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 7.410.446-2, (“ Companhia ”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, Marcio Velmovitsky e Renata Esteves dos Santos , ambos já devidamente qualificados neste instrumento.	10.212.642	R\$10.212.642,00
2	Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda. , sociedade empresária limitada, devidamente situada e estabelecida no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Befly Conecta, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, tendo o seu ato constitutivo “Contrato Social” devidamente registrado e arquivado perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo – (“JUCESP.”) sob o NIRE nº 35223958564, em sessão de 27 de janeiro de 2010, Inscrição Federal (C.N.P.J.) nº 11.522.823/0001-01, e Inscrição Municipal (C.C.M.) nº 4.015.677-0, (“ Sociedade ”), neste ato, representada por 02 (dois) de seus Diretores Sem Designação Específica, em conjunto, Marcio Velmovitsky e Renata Esteves dos Santos , ambos já devidamente qualificados neste instrumento.	103.158	R\$103.158,00
	Totais	10.315.800	R\$10.315.800,00

São Paulo-SP, 22 de dezembro de 2025. **Acionistas: Befly Travel Participações S.A.**, Representada por: Marcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica; Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.**, Representada por: Marcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica; Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica.

Anexo II – Estatuto Social – Best Option Viagens e Turismo S.A. – CNPJ/MF nº 14.202.473/0001-86

Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. **Art. 1º.** A Companhia, sociedade anônima de capital fechado, adotará o nome empresarial: **Best Option Viagens e Turismo S.A.** **Art. 2º.** A Companhia tem por objeto social a atividade de intermediação própria de agência de turismo, que compreende a oferta, reserva e venda de serviços de terceiros, tais como passagens; acomodações e outros meios de hospedagem; programas educacionais e de aprimoramento profissional; serviços de recepção, transferência e assistência: excursões, viagens e passeios turísticos, marítimos, fluviais e lacustres. **Parágrafo Único.** A Companhia também prestará serviços complementares de agência de turismo, destacando-se a intermediação remunerada na obtenção de passaportes, vistos, ou qualquer outro documento necessário à realização de viagens; intermediação remunerada na locação de veículos; assessoramento e execução de atividades que lhe são próprias em feiras, exposições, congressos, eventos e similares; intermediação remunerada de seguros vinculados a viagens, passeios e excursões e de cartões de assistência ao viajante; e outros serviços de interesse de viajantes. **Art. 3º.** A Companhia tem sua sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Campinas, nº 1.070, Edifício Paulista Star, setor: Parte Flytour Viagens, bairro: Jardim Paulista, CEP: 01.404-200, podendo por deliberação de seus acionistas, abrir e fechar filiais, agências, escritórios, ou outras dependências em qualquer localidade do território nacional ou no exterior. **Art. 4º.** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado, tendo iniciado as suas atividades empresariais na data do dia 14 de julho de 2011. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Art. 5º.** O capital social da Companhia é de R\$10.315.800,00 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentos reais), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, dividido em 10.315.800 (dez milhões, trezentos e quinze mil e oitocentas)

ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **§ 1º.** Cada ação ordinária dará direito a 1 (um) voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia. **§ 2º.** O dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data, nos termos do Capítulo VI deste Estatuto Social. **§ 3º.** Qualquer alienação de ações e/ou direitos a elas inerentes que viole o disposto neste Estatuto Social e/ou nos Acordos de Acionistas da Companhia será nula e ineficaz perante os acionistas, a Companhia e terceiros. **Art. 6º.** As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Parágrafo Único.** A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no “Livro de Registro de Ações”. **Art. 7º.** A Companhia deverá realizar, dentro do prazo de 30 (trinta) dias do pedido de qualquer dos acionistas, os atos de registro, averbação ou transferência de ações, bem como emissão de certificados, podendo cobrar preço não excedente ao respectivo custo. **Art. 8º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela assembleia geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com base nos princípios contábeis geralmente aceitos. **Parágrafo Único.** Se a deliberação da Assembleia Geral ocorrer mais de 60 (sessenta) dias depois da data do último balanço aprovado, será facultado ao acionista dissidente pedir, juntamente com o reembolso, levantamento de balanço especial em que atenda àquele prazo. Nesse caso, a Companhia pagará imediatamente 80% (oitenta por cento) do valor de reembolso, calculado com base no último balanço e, levantado o balanço especial, pagará o saldo no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data da deliberação da assembleia geral. **Capítulo III – Assembleias Gerais.** **Art. 9º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, 01 (uma) vez por ano, nos 04 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, nos termos do art. 132, da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem e nos demais casos previstos em lei e neste Estatuto Social, observadas, em sua convocação, instalação e deliberações, as disposições constantes da Lei das Sociedades por Ações, deste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **Art. 10.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. A Assembleia Geral terá as seguintes atribuições, observado o quanto disposto em eventual Acordo de Acionistas arquivado na sede social: **(i)** reformar o Estatuto Social; **(ii)** deliberar sobre a eleição, destituição ou substituição dos Diretores da Companhia e fixar-lhe as atribuições; **(iii)** definir a remuneração global anual dos Diretores, incluindo benefícios; **(iv)** tomar, anualmente as contas dos Diretores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; **(v)** deliberar sobre transformação, fusão, incorporação (incluindo incorporação de ações) e cisão da Companhia, ou qualquer outra forma de reestruturação da Companhia; **(vi)** deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia e eleger e destituir liquidante(s); **(vii)** examinar e aprovar as contas dos(s) liquidante(s); **(viii)** deliberar sobre a formulação de pedido de falência ou de recuperação judicial da Companhia, nos termos da legislação aplicável; **(ix)** fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos; **(x)** Autorizar a alienação de bens integrantes do ativo não circulante, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros; **(xi)** Autorizar a gravação, oneração ou alienação a qualquer título, dos bens da Companhia em operações cujo valor seja superior a R\$10.000,00 (dez mil reais) em uma única parcela ou ao longo do período de 12 (doze) meses, ressalvadas as situações em que os créditos adquiridos pela Companhia devam ser dados em garantia dos empréstimos que ela vier a captar; e **(xii)** Autorizar a celebração e assinatura de contratos de qualquer natureza que impliquem em assunção de obrigações ou pagamentos pela Companhia, cujo valor envolvido represente quantia superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). **Parágrafo Único.** Exceto por quóruns majorados previstos na legislação específica aplicável à Companhia e/ou ainda quóruns majorados previstos neste Estatuto Social e/ou em eventual Acordo de Acionistas da Companhia, o qual sempre deverá prevalecer para fins de tomada de decisões, todas as deliberações da Companhia, incluindo, mas não se limitando, às matérias acima indicadas, deverão ser aprovadas por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Art. 11.** As deliberações da Assembleia Geral observarão as hipóteses previstas em lei ou neste Estatuto Social, como também o quanto previsto em eventual Acordo de Acionistas, desde que devidamente arquivado na sede social da Companhia. **Art. 12.** Sem prejuízo do disposto na Lei das Sociedades por Ações, a convocação da Assembleia de Geral será realizada por qualquer 01 (um) dos Diretores da Companhia e deverá ser entregue a cada Acionista até 10 (dez) dias antes da data agendada para sua realização, por meio de correio eletrônico (e-mail) ou de correspondência com aviso/protocolo de recebimento. **§ 1º.** A convocação deverá conter o local, a data e a hora, bem como a pauta dos assuntos a serem tratados e qualquer documentação adicional necessária ao conhecimento e análise das deliberações objeto da Assembleia de Acionistas. **§ 2º.** As Assembleias de Acionistas serão realizadas no lugar da sede da Companhia e, serão instaladas, em primeira convocação, por Acionistas representando pelo menos a maioria do capital social votante da Companhia e, em segunda convocação, com qualquer número de Acionistas. **§ 3º.** Nos termos da regulamentação aplicável, as Assembleias Gerais, bem como quaisquer outras reuniões previstas neste Estatuto Social e/ou na legislação vigente aplicável ao tipo societário da Companhia, poderão ser realizadas por meio eletrônico, de forma exclusivamente digital ou semipresencial, por meio da utilização de plataformas de videoconferência para a participação e votação a distância, sem limitação. **§ 4º.** A manifestação dos participantes das Assembleias Gerais ou reuniões realizadas na forma do Parágrafo Terceiro, acima, poderá ocorrer por qualquer meio eletrônico indicado por qualquer dos Diretores da Companhia, desde que assegure a identificação do participante e a segurança do seu voto, e produzirá todos os efeitos legais de uma assinatura presencial. **§ 5º.** Os anúncios ou convites de convocação, quando publicados, deverão conter o objeto da reunião, ainda que sumariamente, e designar o dia, a hora e o local e/ou endereço eletrônico para a realização da Assembleia Geral. **Art. 13.** Independentemente das formalidades previstas no § 1º acima e na legislação aplicável, ficará dispensada a convocação ali estabelecida e será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Parágrafo Único.** Os Acionistas poderão fazer-se representar na Assembleia Geral da Companhia por procuradores devidamente constituídos nos termos da Lei. **Art. 14.** A Companhia, seus Acionistas, seus Diretores e demais membros que venham a integrar a administração da Companhia, assumem o dever de observar as práticas de governança previstas no art. 8º, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 578, de 30 de agosto de 2016, conforme lhe forem aplicáveis em decorrência das disposições regulatórias que obrigatoriamente devam ser cumpridas por determinado fundo de investimento em participações que integre o quadro societário da Companhia na condição de acionista, incluindo, mas não se limitando: (i) a disponibilização para os acionistas de contratos com partes relacionadas, acordos de acionistas e programas de opções de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia; e (ii) no caso de abertura de capital da Companhia com registro na categoria A, a adesão de segmento especial de bolsa de valores ou em entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, as práticas diferenciadas de governança corporativa previstas no mencionado art. 8º. **Capítulo IV – Da Administração.** **Art. 15.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por no mínimo 01 (um) e no máximo 03 (três) membros (individualmente denominado “Diretor” e, em conjunto, “Diretores”), com mandato de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo 03 (três) Diretores sem Designação Específica, eleitos pelos acionistas, na forma prevista neste Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas. **§ 1º.** Os Diretores tomarão posse mediante a assinatura dos termos de posse lacrados no Livro de Atas de Reuniões da Diretoria em até 30 (trinta) dias contados da eleição. **§ 2º.** Considera-se renunciante o membro da Diretoria que não tomar posse dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da eleição, por qualquer que seja o motivo. **§ 3º.** No caso de vacância de qualquer Diretor, a respectiva substituição será deliberada pela Assembleia de Acionistas, a ser convocada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da vacância. **§ 4º.** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Art. 16.** A Diretoria será eleita pela por votos representativos de, no mínimo, 2/3 (dois terços) do capital votante da Companhia. **Art. 17.** A Companhia será representada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, na assunção de obrigações, e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura de (i) 02 (dois) Diretores sem Designação Específica em conjunto; (ii) por 01 (um) Diretor sem Designação Específica em conjunto com 1 (um) procurador da Companhia; ou (iii) por 2 (dois) procuradores da Companhia em conjunto. **§ 1º.** As procurações serão outorgadas pela Companhia mediante assinatura de 02 (dois) Diretores Sem Designação Específica, não podendo ter prazo de vigência superior a 01 (um) ano, com exceção daquelas outorgadas com os poderes da cláusula ad iudicia, que poderão vigorar por prazo indeterminado. **§ 2º.** Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores conceder fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infração desta cláusula, salvo quando aprovado em assembleia geral dos acionistas. **Art. 18.** Compete aos Diretores sem Designação Específica: **(i)** desenvolver e implementar as estratégias comerciais da Companhia; **(ii)** coordenar e executar o processo de comercialização de serviços da Companhia; **(iii)** coordenar a tempo e modo de implantação, manutenção e suporte a todos os projetos da Companhia; **(iv)** representar a Companhia perante os órgãos fazendários nos níveis federal, estadual e municipal, assim como perante a Junta Comercial competente, observado o disposto no art. 17, deste Estatuto Social; **(v)** contratar e dispensar funcionários; **(vi)** exercer outras atribuições específicas que lhe forem conferidas pela Assembleia Geral; **(vii)** desenvolver projetos, análises e pesquisas relacionadas aos riscos do negócio da Companhia; **(viii)** acompanhar e gerenciar os resultados contábeis e financeiros da Companhia; **(ix)** preparar as demonstrações financeiras da Companhia; **(x)** requerer e utilizar certificado digital; **(xi)** gerenciar e desenvolver os materiais e campanhas de marketing da Companhia e seus serviços; **(xii)** definir as políticas e diretrizes de desenvolvimento tecnológico, padronização e normalização técnica; **(xiii)** promover a implementação de programas voltados para o desenvolvimento tecnológico da Companhia; **(xiv)** promover, executar e supervisionar a política qualidade, pesquisa, desenvolvimento e inovação; e **(xv)** informar aos demais membros da Diretoria do andamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento da Companhia. **Art. 19.** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem e suas reuniões serão presididas por qualquer dos Diretores e somente será instalada com a presença da totalidade de seus membros e as atas das reuniões de Diretoria serão lavradas no respectivo Livro de Atas de Reunião da Diretoria, assinadas pelos presentes. **Art. 20.** A remuneração dos membros da Diretoria, incluindo benefícios de qualquer natureza, será definida, anualmente, pela Assembleia Geral, considerando suas responsabilidades, tempo despendido em suas funções, sua competência profissional, sua reputação e seu valor de mercado. **Art. 21.** Além das matérias dispostas no art. 10 acima, a prática dos seguintes atos pelos Diretores em nome da Companhia também exigirá a prévia e expressa aprovação de acionistas representando, no mínimo 2/3 do capital votante da Companhia: **(i)** o empréstimo de dinheiro para ou pela Companhia, ou qualquer tipo de endividamento da Companhia; **(ii)** criação de ônus, gravames ou encargos de qualquer natureza sobre os ativos da Companhia; **(iii)** requerimento de autofalência, insolvência ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, bem como a cessão de direitos ou bens em favor de credores. **Capítulo V – Conselho Fiscal.** **Art. 22.** A Companhia não terá Conselho Fiscal permanente, sendo que este somente será instalado a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto e/ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. **Art. 23.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, com as atribuições previstas em lei. **§ 1º.** A remuneração dos Conselheiros Fiscais será determinada pela assembleia geral que os eleger. **§ 2º.** O mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na assembleia geral ordinária que se seguir à sua instalação. **Capítulo VI – Exercício Social e Distribuição de Lucros.** **Art. 24.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável, submetendo-as a auditoria anual por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, bem como à deliberação da Assembleia Geral, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Art. 25.** Dos resultados do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 26.** Os lucros líquidos apurados em cada exercício, serão destinados, em observância à Lei das Sociedades por Ações, em parte, as reservas legais, e o dividendo mínimo obrigatório da Companhia para cada ação ordinária será de 25% (vinte e cinco por cento) sobre os lucros anuais, a partir da presente data. **Parágrafo Único.** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à assembleia geral ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, obedecendo ao disposto no art. 202, § 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 27.** A Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Art. 28.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação da assembleia geral, dividendos intermediários e intercalares e, ainda, o crédito de juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e intercalares, bem como os juros sobre capital próprio previstos neste artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação e Disposições Finais.** **Art. 29.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de decisão dos acionistas em assembleia geral especialmente convocada para esse fim. **Parágrafo Único.** Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração. **Art. 30.** Os casos omissos neste estatuto social serão resolvidos pela assembleia geral, com base nas disposições legais aplicáveis. **Art. 31.** A Companhia deverá observar o acordo de acionistas arquivado em sua sede, na forma do art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, devendo a Diretoria abster-se de lançar transferências de ações ou a constituição de ônus sobre ações em violação a tal acordo, e o presidente da assembleia geral deverá abster-se de computar votos contrários aos termos do referido acordo de acionistas, conforme o art. 118 da Lei das Sociedades por Ações. **Art. 32.** Este estatuto social será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil. **Art. 33.** Qualquer controvérsia, litígio, questão, dúvida ou divergência de qualquer natureza relacionado direta ou indiretamente a este estatuto social (“Conflito”), envolvendo qualquer dos acionistas (“Partes Envolvidas”), inclusive, será resolvido por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP (“Câmara”). **§ 1º.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem (“Regulamento”). **§ 2º.** A arbitragem caberá a um tribunal arbitral composto por 3 (três) árbitros. **§ 3º.** Cada Parte Envolvida indicará 1 (um) árbitro. O terceiro árbitro, que presidirá o tribunal arbitral, será escolhido de comum acordo pelos árbitros indicados pelas Partes Envolvidas. **Art. 4º.** Havendo mais de um reclamante, todos eles indicarão de comum acordo 1 (um) único árbitro; havendo mais de um reclamado, todos eles indicarão de comum acordo 1 (um) único árbitro. **§ 5º.** Quaisquer omissões, recusas, litígios, dúvidas e faltas de acordo quanto à indicação dos árbitros pelas Partes Envolvidas ou a escolha do terceiro árbitro serão dirimidos de acordo com o Regulamento. **§ 6º.** Os procedimentos previstos no presente artigo também se aplicarão aos casos de substituição de árbitro. **§ 7º.** A arbitragem será realizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, podendo o tribunal arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **§ 8º.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **§ 9º.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as regras e princípios do ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil. **§ 10º.** A arbitragem será concluída no prazo de 6 (seis) meses, o qual poderá ser prorrogado motivadamente pelo tribunal arbitral. **§ 11º.** A arbitragem será sigilosa. **§ 12º.** O tribunal arbitral alocará entre as Partes Envolvidas, conforme os critérios da sucumbência, razoabilidade e proporcionalidade, o pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral, (iv) e honorários advocatícios em favor da parte vencedora. **§ 13º.** As decisões da arbitragem serão finais e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contra as mesmas, ressalvados os pedidos de correção e esclarecimentos ao tribunal arbitral previstos na forma do Regulamento. **§ 14º.** Antes da instalação do tribunal arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/02/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação da 20ª Alteração e Consolidação de Contrato Social realizada em 22 de dezembro de 2025 da Best Option Viagens e Turismo Ltda. que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação à necessidade de submissão do Conflito à arbitragem. Após a instalação do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral.

§ 15°. Para *(i)* as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do tribunal arbitral, *(ii)* eventual ação anulatória fundada no art. 32, da Lei nº 9.307/96, e *(iii)* os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas à arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como o único competente, renunciando-se a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam.

§ 16°. A execução das decisões do tribunal arbitral, inclusive da sentença final e eventual sentença parcial, serão requeridas preferencialmente no Foro da Comarca de São Paulo; porém, caso seja útil ou necessário, poderão ser requeridas em qualquer foro, ainda que estrangeiro. **Acionistas:** **Befly Travel Participações S.A.** Representada por: Márcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica; **Befly Conecta Agência de Viagens e Turismo Ltda.** Representada por: Márcio Velmovitsky – Diretor Sem Designação Específica, Renata Esteves dos Santos – Diretora Sem Designação Específica. **Visto da Advogada:** Dra. Beatriz Cirilo Robles Carteira de Identidade Profissional nº 411.304 Expedida pela OAB/SP. Inscrita no C.P.F. sob o nº 441.717.598-54. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 14.495/26-0 e NIRE 35.300.686.209 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

**Contato: (11) 3361-8833**

**Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo

Somente S.A.

CNPJ nº 46.855.495/0001-31 - NIRE 35.300.594.614
Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Data, Hora e Local: No dia 05 de janeiro de 2026, às 10 horas, na sede socia as **Somente S.A.**, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial - CEP: 06454-000, realizada de forma exclusivamente digital, sem presença física, mediante assinaturas digitais e eletrônicas conforme permissivo da IN DREI 81/2026. **Convocação e Presença:** Todos os acionistas representando a totalidade do capital social, conforme dispensa de convocação nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** 1. Deliberação sobre aumento de capital social mediante subscrição de novas ações. **Composição da Mesa:** **Presidente:** Michel Burmaian Mendes Pinto; **Secretário:** Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. **Deliberações:** **1. Aumento de Capital Social e Subscrição de Novas Ações.** Foi aprovado por unanimidade, o aumento do capital social da companhia, que passará de R\$ 23.000.000,00 (vinte e três milhões de reais) para R\$ 53.000.000,00 (cinquenta e três milhões de reais) mediante a emissão de 30.000.000(trinta milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, equivalente a R\$ 30.000.000,00(trinta milhões de reais), que serão subscritas e integralizadas pelo acionista da seguinte forma: **Acionista:** HGM Investimentos Ltda.; **Nº de ações subscritas:** 30.000.000; **Valor total da subscrição:** R\$ 30.000.000,00. As ações serão integralizadas em moeda corrente nacional, conforme previsto no artigo 172 da Lei das Sociedades por Ações, até a data de 31 de dezembro de 2026, mediante depósito em conta bancária da companhia. 3-1. Em razão da deliberação acima, decidem os Acionistas alterar a redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: *“Artigo 5º - O Capital social da Companhia e composta por R\$ 53.000.000,00(cinquenta e três Milhões de reais), dividido em 53.000.000 (cinquenta e três milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa mil) ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2026.”* Por fim, a Companhia autoriza a Diretoria consolidar o Estatuto Social conforme Anexo I, bem como a praticar todos os atos complementares do registro da presente Ata, bem como a tomar, com os mais amplos poderes, todas as providências necessárias para o cabal cumprimento do que ora ficou deliberado e do mais que seja determinado pelas leis que regem a matéria, em especial os atos obrigatórios perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo JUCESP, Receita Federal do Brasil e demais órgãos públicos competentes. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Barueri, 05 de janeiro de 2026. **Mesa:** Michel Burmaian Mendes Pinto, Presidente; Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon, Secretário. **Diretoria:** Michel Burmaian Mendes Pinto, Diretor Presidente; Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon, Diretor. **Acionistas:** HGM Investimentos Ltda., Representada por: Michel Burmaian Mendes Pinto; RI Investimentos Ltda., Representada por: Rodrigo Torres Lins de Gouveia. Nicolas Henrique de Aquino Fraser Petit de La Villeon. JUCESP nº 78.214/26-9 em 9/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação Social Sede Objeto e Duração. Artigo 1º. A razão social da Companhia constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado e que será regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis e **Somente S.A.** **Parágrafo Único:** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social e na hipótese de ser celebrado um Acordo de Acionistas, devidamente arquivado na sede da Companhia (“Acordo de Acionistas”), deverão ser observados os termos e condições previstos no Acordo de Acionistas, na Lei nº6404 de 15 de dezembro de 1976 conforme alterada (Lei das SA) e, nos casos omissos na legislação aplicável. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 503, sala 2020 - Alphaville Industrial, Cidade de Barueri, Estado de São Paulo - CEP: 06454-000, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0001-31, e NIRE 35.300.594.614, filial no Município de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4055 – GJ. 404 – Itaim Bibi – CEP: 04538-133, inscrita no CNPJ nº 46.855.495/0002-12, e NIRE 35.906.410.974 e filial no Município de Curitiba, Estado do Paraná na Rua Ubaldo do Amaral, nº 927, Alto da Rua XV, CEP: 80045-150, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do País ou do exterior por deliberação de acionistas titulares de mais da metade do capital social. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto a exploração das seguintes atividades 8630-5/03 - Atividade médica ambulatorial restrita a consultas; 8630-5/02 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares; 8630-5/01 - Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos; 8650-0/03 - Atividades de psicologia e psicanálise. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital Social. Artigo 5º.** O Capital social da Companhia e composta por R\$ 53.000.000,00(cinquenta e três Milhões de reais), dividido em 53.000.000 (cinquenta e três milhões) de ações ordinárias, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo (i) 1.010.000,00 (um milhão e dez mil reais) ações ordinárias subscritas e Integralizadas em moeda corrente nacional, e (ii) 51.990.000 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa mil) ações ordinárias subscritas a serem integralizadas até 31 de dezembro de 2026.” **Parágrafo Primeiro:** Cada ação ordinária tem as seguintes características direitos e vantagens: (a) cada ação ordinária conferirá a seu titular o direito a 1 (um) voto nas deliberações da assembleia geral da Companhia convocada instalada e realizada nos termos deste Estatuto Social, e (b) as ações ordinárias poderão ser convertidas em outras espécies ou classes de ações de emissão da Companhia, mediante deliberação da Assembleia Geral por deliberação da Assembleia Geral ser aumentado mediante a emissão de ações sem guardar proporção com as espécies e/ou classes de ações já existentes, ou que possam vir a existir. Fica assegurado aos acionistas da Companhia o direito de preferência para a subscrição dos aumentos de capital da Companhia nos termos previstos pela Lei das S.A. **Parágrafo Terceiro:** Nenhuma transferência de ações terá validade ou eficácia perante a Companhia ou quaisquer terceiros nem será reconhecida nos livros de registro e de transferência de ações se levada a efeito em violação ao Acordo de Acionistas se aplicável. **Parágrafo Quarto:** A Companhia e vedada a criação e emissão de partes beneficiárias. **Capítulo III. Da Assembleia Geral. Artigo 6º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente a cada ano nos 3 (três) primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente quando os interesses sociais exigirem mediante convocação pelo Diretor Presidente da Companhia ou ainda pelos acionistas da Companhia observados os quóruns e procedimentos da Lei das S.A e do Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro:** A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Diretor Presidente ou na sua ausência por outro Diretor indicado pelo Diretor Presidente antecipadamente ou, na falta de indicação, por outro conselheiro indicado pela maioria dos acionistas presentes sendo secretariadas por pessoa indicada pelo Diretor Presidente. **Parágrafo Segundo:** A Assembleia Geral será convocada pela Diretoria com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência da data marcada para sua realização (para assembleias instaladas em primeira convocação) e com no mínimo 05 (cinco) dias de antecedência (para assembleias instaladas em segunda convocação). Será dispensada a convocação se verificada a presença da totalidade dos acionistas na Assembleia Geral declarando se cientes da ordem do dia. **Parágrafo Terceiro:** Ressalvadas as exceções previstas na Lei das S.A. e no Acordo de Acionistas, a Assembleia Geral será considerada instalada, em primeira convocação com a presença dos Acionistas que representem, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do capital social com direito a voto, observadas as presenças obrigatórias e materiais quórum qualificada conforme Acordo de Acionistas. **Parágrafo Quarto:** Compete ao Presidente e ao Secretário da Assembleia Geral zelar pelo cumprimento do Acordo de Acionistas, negando cômputo a voto proferido com violação ao Acordo de Acionistas e ao presente Estatuto Social. **Parágrafo Único:** Será considerado presente, como se fisicamente presente estivesse, as Assembleias Gerais o acionista que participar das Assembleias Gerais por meio de vídeo conferência ou conferência telefônica, ou equipamentos de comunicação similares por meio dos quais todas as pessoas que participarem da Assembleia Geral possam ouvir umas às outras, desde que uma cópia assinada do voto proferido por tal acionista, se aplicável, seja entregue por e-mail, carta registrada ou carta entregue em mãos ao Presidente da Assembleia Geral e ao Secretário ante do encerramento lavratura e assinatura da respectiva ata dentro de 5 (cinco) dias úteis após a reunião e arquivada na sede da Companhia, e todos os participantes possam ser claramente identificados, caso em que a Assembleia Geral será considerada realizada no local onde estiver o Presidente da reunião. O acionista que participar remotamente assina fisicamente assim que possível a lista de presença e a ata da assembleia. **Artigo 7º.** Os acionistas terão os poderes para decidir sobre todas e quaisquer matérias cuja competência para deliberação seja da Assembleia Geral de Acionistas conforme determinado pela Lei das S.A, pelo Acordo de Acionistas e por este Estatuto Social. A aprovação das matérias apreciadas pela Assembleia Geral de Acionistas observara as disposições aplicáveis da Lei das S.A. e as disposições de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas. **Parágrafo Primeiro.** Sem prejuízo do disposto no caput, compete à Assembleia Geral de Acionistas deliberar sobre: (a) as contas dos administradores, bem como examinar discutir e aprovar as demonstrações financeiras; (b) eleição e destituição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal quando e se instalado; (c) alteração em qualquer dos artigos deste Estatuto Social incluindo mudança da atividade preponderante da Companhia; (d) aumento ou redução do capital social; (e) emissão resgate e/ou conversão, pela Companhia de debentures conversíveis e bônus de subscrição; (f) transformação, cisão, incorporação fusão da Companhia, incorporação de ações ou qualquer outra forma de reestruturação societária da Companhia (incluindo contribuição de participações societárias por terceiros); (g) deliberação sobre recuperação judicial ou extrajudicial; (h) deliberação para a confissão de falência, liquidação e/ou dissolução da Companhia; (i) eleição e destituição do liquidante bem como do Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (j) fixação da remuneração dos administradores; (k) aprovação de distribuição ou retenção de lucros, pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio; (l) criação de quaisquer reservas de capital, exceto as obrigatórias; (m) alteração do dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social, distribuição de dividendos em um valor inferior ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social e alteração das disposições a respeito da política de dividendos da Companhia prevista neste Estatuto Social, e (n) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria. **Parágrafo Segundo.** Exceto conforme previsto na Lei das S.A. e pelos materiais de quórum qualificado previstas no Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia (se aplicável) as matérias em discussão na Assembleia Geral serão aprovadas pelo voto favorável da maioria do capital social total e votante. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 8º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria. **Parágrafo Primeiro.** O administrador e investido no seu cargo mediante assinatura de termo de posse lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria conforme o caso. **Parágrafo Segundo.** O prazo de gestão da Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos. O substituto eleito que preencher cargo vago deve completar o prazo de gestão do substituído. **Parágrafo Terceiro.** A Assembleia Geral deve fixar a remuneração global dos membros da administração. **Seção II. Diretoria. Artigo 9º.** A Diretoria da Companhia será composta por no mínimo 2 (dois) Diretores e no máximo 5 (cinco) Diretores cujas designações serão indicadas pela Assembleia Geral no momento da eleição. **Parágrafo Único.** Os diretores serão eleitos para mandato de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição. A eleição, destituição e substituição dos diretores ficarão a cargo da Assembleia Geral observados em qualquer caso e no que for aplicável, os termos e condições do Acordo de Acionistas. **Artigo 10º.** A Diretoria é responsável pela administração dos negócios da Companhia, exercendo seus poderes de acordo com a lei, o Acordo de Acionistas, este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 11º.** A Companhia será sempre representada por (i) qualquer um dos dois Diretores individualmente; ou (ii) por um procurador com poderes especiais, desde que tal procurador tenha sido designado por 2 (dois) Diretores em conjunto. **Parágrafo Primeiro.** A Assembleia Geral poderá deliberar sobre outras formas de representação da Companhia em casos específicos. **Parágrafo Segundo.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) Diretores em conjunto e deverão especificar os poderes conferidos. Com exceção daquelas para fins judiciais, as procurações terão um período de validade limitado a no máximo 1 (um) ano. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 12º.** O Conselho Fiscal com as atribuições e poderes de lhe funcionaria em caráter não permanente e somente será instalado a pedido de acionistas conforme o que faculta o artigo 161 da Lei das SA sendo composto por 3 (três) membros. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal caberá fixar a respectiva remuneração. **Capítulo VI. Do Exercício Social Balanços e Dividendos. Artigo 13º.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social proceder se ao levantamento das demonstrações financeiras exigidas por lei. **Parágrafo Primeiro.** A Companhia poderá levantar balanços intermediários mensais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados. **Parágrafo Segundo.** O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte Destinação: (a) pagamento de dividendo mínimo obrigatório; e (b) o lucro remanescente, após as deduções previstas no item (a) acima, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral Ordinária, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral dos Acionistas, observada a legislação aplicável. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia distribuirá como dividendo mínimo obrigatório em cada exercício social no mínimo 1% (um por cento) e não excedente a 100% (cem por cento) do seu lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A. e do Acordo de Acionistas. **Capítulo VII. Das Disposições Gerais. Artigo 14º.** A Companhia entrara em liquidação nos casos previstos na legislação Aplicável, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, cabendo Assembleia Geral eleger o liquidante e o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais. **Artigo 15º.** No cumprimento de todas as disposições contidas neste Estatuto Social deverão ser observados os termos e condições contidos em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia. Em caso de conflito entre as disposições deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, prevalecerão as disposições do Acordo de Acionistas se existente. **Artigo 16º.** Na hipótese de qualquer controvérsia, litígio, questão, disputa dúvida ou divergência de qualquer natureza oriunda de e/ou relacionada a este Estatuto Social, inclusive aqueles relacionados à sua existência, formação, aplicabilidade, violação, rescisão, validade e eficácia (“Conflito”), envolvendo a Companhia, seus acionistas e/ou administradores (“Partes Envolvidas”), as Partes Envolvidas enviarão seus melhores esforços para resolver o Conflito. Para essa finalidade qualquer das Partes Envolvidas deverá notificar a outra de seu desejo de dar início ao procedimento contemplado por esta Clausula, a partir do qual as Partes Envolvidas deverão reunir se para tentar resolver tal Conflito por meio de discussões amigáveis e de boa fé (“Notificação de Conflito”). Caso as Partes Envolvidas não encontrem uma solução amigável, dentro de um período de 30 (trinta) dias após a entrega da Notificação de Conflito de uma Parte à outra o Conflito será resolvido de forma final e vinculante por meio de arbitragem, a ser conduzida perante e administrada pelo Centro Brasileiro de Mediação e Arbitragem - CBMA (“Câmara”) nos termos de seu Regulamento de Arbitragem (“Regulamento”). **Parágrafo Primeiro.** A arbitragem será realizada de acordo com as normas procedimentais da Câmara em vigor no momento da arbitragem. **Parágrafo Segundo.** O tribunal arbitral será constituído por três árbitros (“Tribunal Arbitral”), cabendo à(s) Parte(s) Envolvida(s) requerente(s), de um lado, indicar um árbitro, e à(s) Parte(s) Envolvidas requerida(s) de outro indicar um segundo árbitro os quais, de comum acordo nomearão o terceiro árbitro que funcionara como Presidente do Tribunal Arbitral. Caso qualquer das Partes Envolvidas seja a(s) requerente(s) ou a(s) requeridas deixe de indicar arbitro todos os três árbitros serão indicados pelo presidente da Câmara, conforme o Regulamento. Caso os 2 (dois) árbitros indicados pelas Partes Envolvidas deixem de nomear o terceiro árbitro no prazo de 30 (trinta) dias contados da data estabelecida para referida providência, caberá ao presidente da Câmara indicar o terceiro árbitro, na forma estabelecida em seu Regulamento. **Parágrafo Terceiro.** A arbitragem terá sede e local no Município de São Paulo Estado de São Paulo onde será proferida a sentença arbitral. Porém poderá o Tribunal Arbitral, motivadamente, designar a realização de atos específicos em outras localidades. **Parágrafo Quarto.** A arbitragem será realizada em língua portuguesa. **Parágrafo Quinto.** A arbitragem será de direito, aplicando-se as leis da República Federativa do Brasil independentemente de qualquer regra de conflito de leis. É vedado aos árbitros decidir por equidade. **Parágrafo Sexto.** A arbitragem será integralmente sigilosa e confidencial, o que inclui sua existência, e as alegações, documentos e provas apresentadas e produzidas pelas partes no e para os fins do procedimento arbitral. Todas as Partes Envolvidas os árbitros a Câmara e quaisquer outras pessoas envolvidas são obrigadas a respeitar o sigilo e a confidencialidade da arbitragem. **Parágrafo Sétimo.** Com exceção dos honorários advocatícios, os quais serão arcados por cada Parte Envolvida, todas as demais despesas, custos e honorários da arbitragem serão arcados por uma das partes, ou por ambas, conforme determinar o Tribunal Arbitral. Os custos e despesas cuja causa não possa ser atribuída a uma das Partes serão rateados entre as Partes em proporções iguais, até a decisão final sobre a controvérsia a ser proferida pelo Tribunal Arbitral. A sentença arbitral atribuirá à Parte vencida, ou a ambas as Partes na proporção em que suas pretensões não forem acolhidas, a responsabilidade final pelo custo do processo, incluindo as taxas e despesas administrativas da Câmara Arbitral, na forma do Regulamento, honorários dos árbitros, honorários advocatícios de sucumbência e honorários dos peritos. Todos os custos despesas e honorários incorridos pela outra Parte Envolvida serão atualizados monetariamente com base na variação acumulada do IPCA, calculado pro rata die para o período compreendido entre a data em que tiverem sido incorridos e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado e ainda, se for o caso, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata die entre a data da divulgação da sentença arbitral e a data em que o ressarcimento for efetivamente realizado. **Parágrafo Oitavo.** As decisões da arbitragem serão finais, vinculantes e definitivas, não se exigindo homologação judicial nem cabendo qualquer recurso contrários decisões, ressalvados os pedidos de esclarecimentos ao Tribunal Arbitral prévios no artigo 30 da Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. **Parágrafo Nono.** Antes da instalação do Tribunal Arbitral, qualquer das Partes Envolvidas poderá requerer ao Poder Judiciário medidas cautelares ou antecipações de tutela, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela ao Poder Judiciário não afetará a existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem, nem representará uma dispensa com relação a necessidade de submissão do Conflito a arbitragem. Após a instalação do Tribunal Arbitral os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos apenas ao Tribunal Arbitral. **Parágrafo Décimo.** Para (i) as medidas cautelares e antecipações de tutela anteriores à constituição do Tribunal Arbitral; (ii) a execução das decisões do Tribunal Arbitral inclusive da sentença final e eventual sentença parcial; (iii) eventual ação anulatória fundada no artigo 32 da Lei nº 9.307 de 23 de setembro de 1996; e (iv) os Conflitos que por força da legislação brasileira não puderem ser submetidas a arbitragem, fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo Estado de São Paulo como o único e exclusivamente competente, renunciando se a todos os outros por mais especiais ou privilegiados que sejam. **Artigo 17º.** Nos casos omissos aplicar se ao as disposições legais vigentes. São Paulo, 05 de janeiro de 2026.

BSI Capital Securitizadora S.A.

CNPJ/MF Nº 11.257.352/0001-43 - NIRE 35.300.461.827

Edital de Retificação da Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 23ª Emissão em Série Única a ser realizada em 06 de fevereiro de 2026
A BSI Capital Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 11.257.352/0001-43 (“**Titulares dos CRI**”, “**CRI**” e “**Emissora**”, respectivamente), nos termos da cláusula 11.3 do Termo de Securitização (“**Termo de Securitização**”), vem por meio deste, tornar pública a retificação do Edital de Convocação para Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única de 23ª Emissão em Série Única da BSI Capital Securitizadora S.A., publicado no Jornal Data Mercantil nos dias 16, 17 e 20 de janeiro de 2026, exclusivamente em razão de erro material, de forma que as ordens do dia “a” e “b” passam a ter a redação a seguir especificada, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edital. **a)** declaração do Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (b) da CCB e Cláusula 6.3.1., item (ii) do Termo de Securitização, em razão do descumprimento do prazo de registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis perante o competente oficial de registro de imóveis, nos termos da Cláusula 2.10.2. do Termo de Securitização, sendo certo que, caso não seja declarado o Vencimento Antecipado previsto neste item, a Devedora terá o prazo adicional de 60 (sessenta) dias para da presente Assembleia para realizar o respectivo o registro; **b)** declaração de Vencimento Antecipado, nos termos da Cláusula 17, item (w) da CCB e Cláusula 6.3.1., item (xxiii) do Termo de Securitização, em razão do atraso superior a 10% (dez por cento) em relação à expectativa reportada no cronograma previsto do Empreendimento Conviva Cambinhos constante do Anexo IV desta CCB. Ficam ratificados todos os demais termos e condições da Convocação que não tenham sido expressamente alterados pelo presente Comunicado de Retificação. O presente Comunicado de Retificação deverá ser considerado parte integrante da Convocação originalmente divulgada, para todos os fins de direito. São Paulo, 02 de fevereiro de 2026. **BSI Capital Securitizadora S.A.**, CNPJ/MF Nº 11.257.352/0001-43.

(03/02/2026)

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2025

1. Data, Hora e Local: As 10h00 do dia 17 de outubro de 2025, na sede social da **Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** (“Companhia”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, bairro de Pinheiros, CEP 05422-000. **2. Convocação:** O edital de convocação foi devidamente publicado na edição digital do jornal Data Mercantil, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2025, nas páginas 07, 05 e 02, respectivamente, bem como na versão impressa do referido jornal, nas mesmas datas, nas páginas 5, 4 e 6, em conformidade com o disposto no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). **3. Presença:** Presente a acionista titular da maioria das ações representativas do capital social da Companhia, de acordo com assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 135 da Lei nº 6.404/1976. **4. Mesa:** A assembleia geral foi presidida pelo Sr. Deusedet Pereira Júnior, sendo os trabalhos secretariados pelo Sr. Caio Kyriakou Fernandes. **5. Ordem do Dia:** Deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) consignação da integralização das ações referentes ao aumento de capital social aprovado em 24/06/2025; e (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia. **6. Deliberações:** Instalada a assembleia, após a discussão e o exame das matérias constantes da ordem do dia, a acionista presente deliberou, sem quaisquer ressalvas, o quanto segue: **(i)** Consignar que a totalidade das 55.770.000 (cinquenta e cinco milhões, setecentas e setenta mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas em decorrência do aumento de capital social aprovado em 24/06/2025, foi integralizada em moeda corrente nacional, pelo valor total de R\$ 55.770.000,00 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e setenta mil reais), conforme contrato de câmbio nº 0503447139, celebrado em 17/07/2025, pela acionista **Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L.**, dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto no respectivo “Boletim de Subscrição. **(ii)** Aprovar, em decorrência da integralização das ações, a alteração do caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação, mantidos inalterados os seus parágrafos: **Do Capital Social e Ações. Artigo 5º.** *O capital social da Companhia, integralmente subscrito e integralizado, é de R\$ 263.324.119,19 (duzentos e sessenta e três milhões, trezentos e vinte e quatro mil, cento e dezenove reais e dezenove centavos), representado por 231.307.117 (duzentos e trinta e um milhões, trezentos e sete mil, cento e dezesseite) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas pelo tempo necessário à lavratura desta Ata no livro próprio. Após a lavratura da Ata, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Deusedet Pereira Júnior - Presidente; Caio Kyriakou Fernandes - Secretário. **Acionista presente:** Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L. (representada pelo Sr. Deusedet Pereira Júnior). *A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 20.809/26-8 em 07/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.

CNPJ/MF nº 50.248.780/0001-61 - NIRE 35.300.394.101

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: As 10h00 horas do dia 26 de dezembro de 2025, na sede social da **Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.** (“Companhia”), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, conjuntos 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000. **2. Convocação:** O edital de convocação foi devidamente publicado nas edições digital e impressa do jornal Data Mercantil, em cumprimento ao disposto no Artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das Sociedades Anônimas”) (**Anexo I**). **3. Presença:** Presentes os acionistas titulares da maioria das ações representativas do capital social da Companhia, de acordo com assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas, nos termos do Artigo 135 da Lei nº 6.404/1976. **4. Mesa:** Assembleia geral foi presidida pelo Sr. Deusedet Pereira Júnior, sendo os trabalhos secretariados pelo Sr. Caio Kyriakou Fernandes. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) aprovar a renúncia e a eleição de membro da Diretoria da Abbott Diagnósticos Rápidos S.A.; e (ii) eleger novo membro da Diretoria da Companhia. **6. Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia e a subsequente votação, verificou-se que o acionista da Companhia presente na Assembleia Geral Extraordinária decidiu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: (i) Ratificar a renúncia do Sr. Cyrille Laurent Olivier Schroeder do cargo de Diretor da Companhia, conforme carta de renúncia anexa (**Anexo II**). (ii) Eleger para o cargo de Diretor Geral da Companhia o Sr. **Marcelo Rodolfo**, brasileiro, casado, profissional farmacêutico, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 19.493.539-5, expedida pela SSP, inscrito no CPF/MF sob o nº 155.177.908-01, com endereço profissional no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, à Rua dos Pinheiros, nº 498, 7º e 13º andares, salas 71, 72, 131 e 132, Pinheiros, CEP 05422-000, o qual fica desde já devidamente eleito e passará a exercer todas as atribuições inerentes ao cargo, com os poderes e responsabilidades previstos no Estatuto Social da Companhia e na legislação aplicável. O Diretor ora eleito será investido em seu respectivo cargo mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio, tendo mandato de 1 (um) ano, nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia. O Diretor eleito declara, para todos os fins de direito, que não está sujeito a qualquer impedimento legal para o exercício do cargo, nos termos da legislação aplicável. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos da presente Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas pelo tempo necessário à lavratura desta Ata no livro próprio. Após a lavratura da Ata, a presente foi lida, conferida, achada conforme e aprovada, e, encerrados os trabalhos, foi então assinada por todos os presentes. **8. Assinaturas:** Deusedet Pereira Júnior - Presidente; Caio Kyriakou Fernandes - Secretário. **Acionista presente:** Abbott Poland Luxembourg S.A.R.L. (representada pelo Sr. Deusedet Pereira Junior). *A presente é cópia fiel de ata lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 20.906/26-2 em 12/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

IFOOD.com Agência de Restaurantes Online S.A.

CNPJ nº 14.380.200/0001-21 - NIRE 35.300.413.016

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: 23 de dezembro de 2025, às 15:00 horas, na sede social da **IFOOD.com Agência de Restaurantes Online S.A.**, sociedade inscrita no CNPJ sob o n.º 14.380.200/0001-21, (“Companhia”), registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.413.016, localizada no Município de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida dos Autonomistas, n.º 1.496, Bairro Vila Yara, CEP 06020-902. **2. Convocação e Presença:** presente a acionista titular da totalidade das ações emitidas pela Companhia, conforme assinaturas no livro de registro de presença dos acionistas, dispensada a convocação prévia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das Sociedades por Ações. **3. Mesa:** **Presidente** - Diego Carneiro Barreto; **Secretário** - Lucas Marini Pittioni. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, deliberou o quanto segue: **4.1.** Aprovar o aumento do capital social da Companhia em R\$ 166.490.000,00 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentos e noventa mil reais), mediante a emissão de 166.490.000 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentas e noventa mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em tudo idênticas às ações já existentes, pelo preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, passando o capital social da Companhia de R\$ 917.152.898,40 (novecentos e dezessete milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 528.183.379 (quinhentos e vinte e oito milhões, cento e oitenta e três mil, trezentos e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R\$ 1.083.642.898,40 (um bilhão, oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 694.673.379 (seiscentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil milhões, seiscentas e setenta e sete mil, trezentas e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As 166.490.000 (cento e sessenta e seis milhões, quatrocentas e noventa mil) de novas ações emitidas em virtude do aumento de capital social ora aprovado foram, neste ato, integralmente subscritas e integralizadas pela acionista **Ifood Holdings B.V.**, conforme Boletim de Subscrição constante do **Anexo I** à presente ata. **4.2.** Em decorrência do aumento de capital descrito acima, fica aprovada a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: **“Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 1.083.642.898,40 (um bilhão, oitenta e três milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, oitocentos e noventa e oito reais e quarenta centavos), dividido em 694.673.379 (seiscentos e noventa e quatro milhões, seiscentas e setenta e sete mil, trezentas e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.”** **4.3.** Em razão do aumento do capital social da Companhia deliberado acima, aprovar a consolidação do estatuto social da Companhia, que passará a vigorar com a redação constante no **Anexo II** da presente ata. **5. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata em forma de sumário, no livro próprio, na forma do artigo 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações, que foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Osasco/SP, 23 de dezembro de 2025. **Mesa:** Diego Carneiro Barreto, **Presidente;** Lucas Marini Pittioni, **Secretário.** **Acionista:** **Ifood Holdings B.V.**, p.p. Diego Carneiro Barreto. JUCESP nº 61.950/26-9 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/02/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 05 dias do mês de dezembro de 2025, às 10h00 na sede social da **QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.** (“**Companhia**”), na cidade de Itapevi, estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** Deliberação sobre os seguintes temas: (i) a retificação das deliberações aprovadas pelos acionistas da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de agosto de 2025; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iii)** autorização aos administradores da Companhia para praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberam: 5.1. A retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia realizada em 22 de agosto de 2025, arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob nº 349.256/25-1, em sessão de 06 de outubro de 2025 (“**AGE de 22.08**”), em que, por equívoco, foi aprovada a retificação da deliberação tomada pelos acionistas na ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho de 2025, arquivada na JUCESP sob nº 266.777/25-9, em sessão de 01 de agosto de 2025 (“**AGE de 10.07**”), **quando, na verdade**, os termos do aumento de capital da Companhia aprovado na AGE de 10.07 estavam corretos, devendo ser **desconsiderados os ajustes aprovados na AGE de 22.08**. 5.1.1. Dessa forma, fica ratificado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 160.099.999,96 (cento e sessenta milhões, noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos), mediante a emissão de 554.399 (quinhentas e cinquenta e quatro mil, trezentas e noventa e nove) novas ações, idênticas às anteriormente existentes, ao preço de emissão de R\$ 288,78 (duzentos e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos) por ação, conforme aprovado na AGE de 10.07. 5.1.2. Em decorrência da deliberação acima, os acionistas decidem ratificar o Boletim de Subscrição anexo à AGE de 10.07, que integra esta ata como **Anexo I**. 5.2. Foi aprovada, para fins de clareza, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que possui a redação constante no **Anexo II**. 5.3. Em razão das deliberações tomadas acima, os acionistas concedem autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pela Presidente, pela Secretário e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário. **Acionistas presentes:** Carlos Extrakt Brauner e Fernando Extrakt Brauner. *A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 014.006/26-1 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º. A **QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.** (“**Companhia**”) é uma sociedade anônima regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”). **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede e foro na cidade de Itapevi, estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060, podendo abrir ou fechar filiais ou outra dependência, mediante resolução da Diretoria. **Parágrafo Único.** A Companhia tem as seguintes filiais: (i) **Filial I:** Alameda Rio Negro, 161, 12º andar, Salas 1203 e 1204, Condomínio Edifício West Point, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri, SP, CEP. 06.454-000; (ii) **Filial II:** Avenida Mofarrej, nº 340, Vila Leopoldina, São Paulo/SP - CEP: 05.311-000. **Artigo 3º.** A matriz da Companhia tem como objeto (i) o comércio atacadista e varejista de cosméticos e produtos de perfumaria, de tóucador e de higiene pessoal. Sendo que sua armazenagem e distribuição será realizada por ela mesma, porém não sendo vedado que seja efetuada por conta de terceiros ou armazéns gerais; (ii) o comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicas não especificados anteriormente; (iii) depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; e (iv) o comércio atacadista de embalagens. **Parágrafo Único.** As filiais da Companhia possuem como objeto: (i) **Filial I:** Serviços de escritório e apoio administrativo; (ii) **Filial II:** Produção fotográfica para publicidade; Serviços de criação de campanhas de publicidade; e Produção de vídeos para publicidade. **Artigo 4º.** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II. Do Capital. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 239.546.283,48 (duzentos e trinta e nove milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e três reais e quarenta e oito centavos), dividido em 1.439.469 (um milhão, quatrocentas e trinta e nove mil, quatrocentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. §1º. Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente. Caso algum acionista desista, por escrito, do seu direito de preferência, ou, se consultado, não se manifestar dentro de 30 (trinta) dias contados da data da consulta, caberá aos demais acionistas, na proporção das ações possuídas, o direito à subscrição dessas ações. §2º. A subscrição de ações do capital para integralização a prazo fica sujeita ao pagamento inicial previsto na forma da lei, devendo o saldo ser pago nas condições fixadas pela Diretoria, com anuência prévia do Conselho Fiscal, se em funcionamento. **Artigo 6º.** A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Capítulo III. Das Assembleias Gerais. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente sempre que houver necessidade. **Artigo 8º.** As Assembleias Gerais serão presididas pelo Diretor Presidente da Companhia ou pelo seu substituto, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao Presidente da Assembleia cabe a escolha do Secretário. **Capítulo IV. Da Administração. Artigo 9º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída no mínimo por 1 (um) diretor, acionista ou não, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, sendo um Diretor Presidente e os demais Diretores sem designação específica. **Artigo 10.** Os Diretores terão prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se o ano o período compreendido entre duas assembleias gerais ordinárias. Todos os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Único.** A remuneração de todos os Diretores será estabelecida pela Assembleia Geral que os eleger. **Artigo 11.** Ficando vago, por qualquer motivo, o cargo de Diretor, seu respectivo substituto será escolhido pela Assembleia Geral. **Parágrafo Único.** O Diretor eleito nos termos deste artigo exercerá as suas funções pelo prazo remanescente do mandato do Diretor que houver sido substituído. **Artigo 12.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do Diretor substituído. **Parágrafo Único.** O substituto poderá ser um dos demais Diretores que, neste caso, votará nas reuniões da Diretoria por si e pelo Diretor que estiver substituindo. **Artigo 13.** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor que na ocasião for escolhido. §1º. As reuniões serão convocadas por quaisquer dos Diretores. Para que possam se instalar e validamente deliberar, é necessária a presença da maioria dos Diretores que na ocasião estiverem no exercício de seus cargos, ou de dois, se só houver dois Diretores em exercício. §2º. As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião, em caso de empate, também o voto de desempate. **Artigo 14.** Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja, por lei ou pelo presente Estatuto Social, atribuída a competência à Assembleia Geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os suficientes para: (a) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social; (b) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e nas suas próprias reuniões; (c) administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (d) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (e) distribuir, entre seus membros, as funções da administração da Companhia. §1º. A representação da Companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais compete ao Diretor Presidente isoladamente ou pelos demais Diretores conjuntamente. §2º. A Diretoria poderá, em reunião, autorizar a outorga de mandato a terceiros, para, isoladamente, praticar atos de atribuição da Diretoria ou de qualquer Diretor, sem prejuízo de poderes ou atribuições idênticas conferidas por este Estatuto Social ou pela Diretoria a ela própria ou a qualquer diretor. §3º. A venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a hipoteca, penhor ou ônus de qualquer espécie, de bens imóveis da Companhia dependem da autorização e aprovação dos acionistas reunidos em Assembleia Geral. **Artigo 15.** As escrituras de qualquer natureza, as letras de câmbio, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer outros documentos que importem em responsabilidade ou obrigação para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: (a) pelo Diretor Presidente, isoladamente; (b) por dois Diretores; (c) por um Diretor em conjunto com um procurador; ou (d) por dois procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Artigo 16.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por um Diretor, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de um ano. **Artigo 17.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossas ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela Diretoria, em reunião. **Capítulo V. Do Conselho Fiscal. Artigo 18.** A Companhia não possui um conselho fiscal. **Capítulo VI. Do Exercício Social, do Balanço e do Lucro. Artigo 19.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 20.** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Artigo 21.** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento. §1º. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) quota destinada à constituição da reserva legal; (b) importância destinada à formação de reservas para contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores; e (c) lucros a realizar transferidos para a respectiva reserva, e lucros anteriormente registrados nessa reserva que tenham sido realizados no exercício. §2º. A assembleia geral poderá deliberar acerca da distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, nos termos do artigo 202, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. §3º. A Companhia poderá levantar balanços intermediários, intercalares ou em períodos menores e, com base nesses balanços, distribuir lucros. No encerramento de cada exercício social, será procedido eventual acerto, para mais ou para menos, de acordo com as distribuições intermediárias realizadas durante o período. §4º. A Companhia poderá distribuir e pagar juros sobre o capital próprio, conforme deliberação da Assembleia Geral. **Capítulo VII. Do Direito de Preferência. Artigo 22.** Caso qualquer acionista minoritário da Companhia receba proposta de terceiros para transferir quaisquer de suas ações, a Companhia terá o direito de preferência para a aquisição dessas ações ofertadas, em termos e condições idênticos às condições da oferta recebida, observadas as restrições aplicáveis (“**Direito de Preferência**”). § 1º. Para os fins do exercício do Direito de Preferência, o acionista ofertante enviará comunicação à Companhia (“**Notificação de Preferência**”), especificando as condições ofertadas. § 2º. A Notificação de Preferência constituirá uma oferta vinculante de venda das ações ofertadas à Companhia. § 3º. Recebida a Notificação de Preferência, a Companhia deverá, em prazo total não superior a 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento (“**Prazo de Preferência**”), comunicar ao acionista ofertante se pretende ou não exercer seu Direito de Preferência (“**Contra notificação de Preferência**”). § 4º. Caso a Companhia não tenha reservas de lucro suficientes para adquirir e manter as ações em tesouraria, poderá, a seu exclusivo critério, ceder, no todo ou em parte, o exercício da preferência ora prevista ao acionista majoritário. § 5º Na hipótese de a Companhia manifestar seu interesse em exercer seu Direito de Preferência, dentro do Prazo de Preferência, a Companhia e o acionista ofertante deverão assinar, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do término do Prazo de Preferência, os documentos necessários para formalizar a transferência das ações ofertadas. § 6º. Já na hipótese de a Companhia não se manifestar dentro do Prazo de Preferência, a oferta constante da Notificação de Preferência será considerada como não tendo sido aceita pela Companhia. **Artigo 23.** Caso, porventura, quaisquer ações detidas pelos acionistas sofram qualquer tipo de constrição judicial, o respectivo acionista obriga-se a, no prazo de 30 (trinta) dias, oferecer outros bens judicialmente aceitos em substituição às respectivas ações da Companhia constritas detidas pelo respectivo acionista. **Artigo 24.** Caso qualquer ação detida pelos acionistas da Companhia seja objeto de penhora, a Companhia terá direito de preferência para aquisição de tais ações penhoradas, nos termos deste estatuto social, e conforme previsto no art. 861 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Artigo 25.** A Companhia poderá ceder o exercício dos direitos previstos nos artigos 22, 23 e 24 abaixo ao acionista majoritário na hipótese de não deter reservas suficientes para aquisição das próprias ações, nos termos da lei. **Capítulo VIII. Da Liquidação. Artigo 26.** A Companhia entrará em liquidação nos casos legais, competindo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Artigo 27.** Nos casos omissos ou duvidosos aplicar-se-ão as disposições legais vigentes.”

QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.

CNPJ nº 26.370.779.0001-20 - NIRE 35.3.0063457-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: aos 16 dias do mês de dezembro de 2025, às 14h00 na sede social da **QUBIT Distribuidora de Cosméticos S.A.** (“**Companhia**”), na cidade de Itapevi, estado de São Paulo, na Avenida Caio Cotrim nº 400, Galpão A12, Bairro Itaquí, CEP 06696-060. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do Artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“**Lei das Sociedades por Ações**”), conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, como Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, como Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar acerca (i) da celebração do “Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada” entre a Zakat Distribuidora de Cosméticos Ltda., na qualidade de emissora, a Companhia, Fernando Extrakt Brauner e Carlos Extrakt Brauner, na qualidade de garantidores e avalistas, o Banco BTG Pactual S.A., na qualidade de titular, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente de registro (“**Termo de Emissão**”), além do instrumento de cessão fiduciária em garantia a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de garantidor, e o Banco BTG Pactual S.A., assim como quaisquer contratos ou documentos acessórios necessários para a sua consumação; (ii) da proposta de distribuição de dividendos intermediários pela Companhia no valor total de R\$ 367.880.092,59 (trezentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos); (iii) da autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aprovadas. **5. Deliberações tomadas por unanimidade:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário. Em seguida, após terem sido discutidas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade e sem reservas, ressalvas ou restrições, deliberam: 5.1. A aprovação a celebração do Termo de Emissão pela Companhia, assim como quaisquer contratos ou documentos acessórios necessários para a sua consumação; 5.2. A aprovação da distribuição de dividendos pela Companhia, no valor total de R\$367.880.092,59 (trezentos e sessenta e sete milhões, oitocentos e oitenta mil, noventa e dois reais e cinquenta e nove centavos), o qual é composto por: (i) R\$88.512.864,13 (oitenta e oito milhões, quinhentos e doze mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e treze centavos) resultantes dos lucros acumulados apurados com base no balancete patrimonial da Companhia levantado em 31 de outubro de 2025; (ii) R\$ 164.391.821,64 (cento e sessenta e quatro milhões, trezentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos) resultantes dos lucros acumulados da Zakat Distribuidora de Cosméticos Ltda., subsidiária integral da Companhia, apurados com base no seu balancete patrimonial levantado em 31 de outubro de 2025 e cuja distribuição foi aprovada nesta data; (iii) R\$ 114.975.406,82 (cento e quatorze milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e oitenta e dois centavos) referentes à Ata de Resolução de Sócia Única da Zakat Distribuidora de Cosméticos Ltda. de 30 de julho de 2025, registrada na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo em 08 de agosto de 2025 sob nº 20251232689, na qual foi aprovada a distribuição de lucros para a Companhia no mesmo valor. 5.2.1. A distribuição de dividendos ora aprovada será paga para os acionistas, na proporção das suas respectivas participações no capital social da Companhia, sendo R\$ 340.000.000,00 (trezentos e quarenta milhões de reais) até 31 de dezembro de 2025 e saldo remanescente até 31 de dezembro de 2028, ambos em moeda corrente nacional, conforme disponibilidade de caixa da Companhia. 5.3. Em razão das deliberações tomadas acima, os acionistas concedem autorização para que a administração da Companhia tome todas as medidas necessárias para implementar as resoluções aqui aprovadas; e **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada pela Presidente, pela Secretário e pelos acionistas presentes. **Mesa:** Fernando Extrakt Brauner, Presidente, e Mario Slamovitz Weigensberg, Secretário. **Acionistas presentes:** Carlos Extrakt Brauner e Fernando Extrakt Brauner. *A presente ata é cópia fiel da via original, lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 014.007/26-5 em 28/01/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 03/02/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

